

CLIPPING

Veículo: Agência Pará de Notícias **Data:** 04/09/2008 **Pág.:** Online

Governo faz parceria com Instituto de Pesquisas Espaciais

A necessidade de uma base precisa e unificada de informações sobre o território paraense é o ponto comum das preocupações de gestores de secretarias estaduais e institutos ligados a questões rurais, ambientais e florestais no Pará. Esse e outros pontos foram colocados, em reunião na manhã desta quinta-feira 4, no Centro Integrado de Governo, para o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Gilberto Câmara, que veio apontar ações de apoio às políticas de ordenamento e mapeamento territorial a partir de imagens de satélites.

A pedido do governo do Estado, o instituto vem apoiar as iniciativas existentes na área de geoinformações com soluções tecnológicas, dados, softwares, formação de pessoal, além de incentivar o desenvolvimento de uma infra-estrutura estadual de dados georreferenciados. O Inpe já vem realizando estudos sobre o uso da terra e da floresta no Pará e até o final de 2009 estará atuando diretamente na região por meio do Centro Regional da Amazônia (CRA).

Descentralização - Uma equipe técnica chega à cidade em janeiro para iniciar levantamentos de dados para as ações do centro. O CRA, que terá sede em Belém, obedece aos preceitos de descentralização do instituto e traz conhecimentos, capacitação e treinamento ligados ao sensoriamento remoto em áreas de floresta tropical. "O Centro, aqui, é muito importante pela grande complexidade territorial que o Estado apresenta", defende Câmara.

O diretor partiu das necessidades de cada secretaria para apontar as ações de apoio com as ferramentas do instituto. Segundo Câmara, o Pará tem um bom diagnóstico de seu território. O problema principal é com o domínio de tecnologias de gestão territorial e de compartilhamento de informações.

De acordo com levantamentos do instituto, o Pará precisa melhorar as informações sobre o uso de terras e do estado da floresta, o que deve ser feito também com pesquisas em campo para detectar e monitorar as áreas de desmatamento. "Muitas vezes uma propriedade é identificada por satélite como uma área de manejo, mas se for conferido in loco, não existe prática alguma dessa espécie", salienta Câmara.

Regularização fundiária - As tecnologias de imagens em alta resolução e de mapeamento topográfico são outras ferramentas a serem disponibilizadas. Elas serão aliadas do programa de cadastramento rural e ambiental do governo. Segundo o secretário de Meio Ambiente, Valmir Ortega, o Estado incentiva o ordenamento do território e a regularização de propriedades através do cadastro, mas ainda há muita dificuldade em combater as atividades ilegais na floresta, pela falta de ferramentas tecnológicas de identificação e caracterização de uma propriedade.

O Iterpa também alega as mesmas dificuldades no levantamento das unidades rurais do Estado via satélite. De acordo o presidente do instituto, José Benatti, o acesso a um maior número de mapas e dados precisos do território paraense contribuiria para eficiência do trabalho de regularização fundiária.

Com 45 anos de atuação, o Inpe, ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, é um órgão que conquistou reconhecimento ímpar na área de pesquisas em Ciências Espaciais e Atmosféricas e no desenvolvimento e operação de sistemas para o setor espacial.